

Nova Carta ampliará despesas do Governo em CZ\$ 2,3 trilhões

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — Uma pesquisa no texto aprovado até agora pela Constituinte mostra que foram criados 50 dispositivos aumentando a despesa do Governo. As principais despesas criadas somam CZ\$ 2,3 trilhões (US\$ 11,3 bilhões) — 2,8% do PIB — ou mais de um terço do Orçamento Geral da União deste ano, a preços de junho.

Essa fabulosa conta — inclui apenas cinco medidas de maior impacto — refere-se apenas ao que será pago pelos cofres do Tesouro e da Previdência Social. Não toca nos custos do setor privado, que não serão pequenos.

O pacote da Previdência custará CZ\$ 1,5 trilhão, o prejuízo com a anistia aos inadimplentes do Plano Cruzado ficará em CZ\$ 322 bilhões, o acréscimo de transferências das receitas federais para Estados e Municípios representará um desembolso de CZ\$ 378 bilhões apenas no ano que vem, enquanto a conta da anistia fiscal será de CZ\$ 145 bilhões.

Para os prejuízos causados com a anistia, o Governo parece já ter encontrado uma solução: deixar de emprestar na mesma proporção do que vai deixar de receber. Assim estará resolvido pelo menos o impacto no curto prazo.

No caso das transferências aos Es-

AS NOVAS DESPESAS DO GOVERNO	
Previdência	CZ\$ 1,5 trilhão
Verbas para os Estados e Municípios	CZ\$ 378 bilhões
Anistia às dívidas do Plano Cruzado	CZ\$ 322 bilhões
Anistia fiscal	CZ\$ 145 bilhões

tados e Municípios, o desembolso efetivo do Governo em cinco anos chegará a CZ\$ 1 trilhão. A essa quantia se somarão gastos — ainda não quantificados — com a criação do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Federais Regionais, o aumento da verba destinada à Educação e a criação de três novos Estados.

— Se o Legislativo não for complacente com o Executivo e tiver paciência para que façamos as adaptações aos poucos, não sei onde vamos parar. Prevejo um ano muito ruim, do ponto de vista da disputa de verbas para 1989 — avalia um Ministro de Estado preocupado com o problema.

É verdade que o Governo poderá compensar os gastos, economizando

em outras contas. Isso poderá ser conseguido com a "Operação Desmonte", que pretende enxugar o Orçamento Geral da União em CZ\$ 1,2 trilhão, suprimindo dois mil projetos com repasses de verbas que não farão mais sentido. Ou seja, será uma primeira tentativa de transferir, junto com o dinheiro, encargos para Estados e Municípios.

Esses cortes não serão suficientes, porém, para evitar uma reforma fiscal que implique em aumento de impostos. E a decisão de taxar os juros da Caderneta de Poupança já é um indício do que está por vir.

— Nós estamos na confluência de quatro fatores negativos. Um conjunto de anistias, elevação de encargos, aumento das transferências para Estados e Municípios e uma enorme

crise fiscal — adverte um funcionário federal envolvido na adaptação da realidade atual ao texto da nova Constituição.

Entre funcionários do próprio Governo, entretanto, não há consenso sobre tal diagnóstico. Há quem observe que tal situação reflete, na verdade, um processo de distribuição de renda, embora feito de maneira atabalhoada.

— Os constituintes criaram justos benefícios para os mais pobres e que já vigoram em nações desenvolvidas, como todo o capítulo da Ordem Social. Mas é verdade também que criaram despesas sem apontar as receitas — pondera outro funcionário da área econômica.

Segundo ele, a disputa será ainda mais intensa no momento de estabelecer a legislação ordinária. Nesse período intermediário, o Legislativo repassou o problema para o Executivo, que não terá qualquer dúvida em se defender através do aumento de impostos.

De acordo com a mesma fonte, isso criará uma situação, no mínimo, irônica.

— Como pela nova Carta o Executivo não pode inventar um gasto sem prever arrecadação e o Legislativo é que dará a palavra final, vai acontecer o seguinte: o Governo elevará os impostos para enfrentar a nova situação, devolvendo a batata quente para o Legislativo. Logo, não adiantou nada adiar a solução.

Planalto aumentará o seu orçamento

BRASÍLIA — O Governo elevará substancialmente o valor de sua reserva de contingência no Orçamento Geral da União para 1989, como forma de enfrentar as pesadas despesas adicionais criadas pela Constituinte. Nos primeiros exercícios de montagem da estrutura do próximo orçamento, os técnicos se depararam com um grande crescimento do déficit, coincidindo justamente com o ano em que o compromisso com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é reduzi-lo para dois por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

As autoridades da área econômica estão muito preocupadas com esta situação, pois além de gerar mais despesas, as determinações da Constituinte desfalcam de fundos instituições nacionais de financiamento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Sistema Financeiro da Habitação. Um exemplo: com a destinação de parte do PIS/Pasep para suprir o seguro-desemprego, o banco perde 60% dessa arrecadação e passa a gerir apenas o seu patrimônio e os retornos de empréstimos, sem contar mais com o generoso fluxo de caixa do passado.

Entre os próprios técnicos do Governo, contudo, há quem considere exagerada a reação oficial aos novos gastos estabelecidos pela Constituinte. No caso da Previdência Social, argumenta-se que a própria Constituinte estabeleceu a fonte de receitas, autorizando a apropriação

do Finsocial para custear o futuro sistema de seguridade. Os funcionários da área de orçamento advertem, porém, que hoje o Finsocial atende, com sua arrecadação de CZ\$ 500 bilhões, uma série de programas na área de educação, saúde e reforma agrária, que, a partir de agora, ficará sem recursos.

Mas os Ministros da área econômica também apontam a crise fiscal que perturba o desempenho das finanças do Estado, um problema anterior à Constituinte. Paralelamente, a alta taxa de inflação colabora para acelerar a desvalorização da moeda e dificulta a execução do Orçamento Público, pondo em risco dois dos mais importantes valores da economia do País.

Esse diagnóstico leva à conclusão de que é imperiosa a adoção de uma reforma monetária a curto prazo, no mínimo para suprimir os centavos e tornar menos onerosos os custos da Casa da Moeda e da própria atividade bancária.

O Deputado Delfim Netto (PDS-SP), que conhece de perto o problema, admite que a crise é séria, mas não acredita no caos.

— A Constituinte foi muito generosa, quando deveria ter sido também onerosa. Mas os benefícios criados não são um mal. O problema é que isso só se financia com o aumento da produtividade ou com mais inflação. Temos que escolher um ou outro — receita ele.

OS DISPOSITIVOS QUE AUMENTAM CUSTOS

O que preocupa Governo e empresários

A. Para os empregadores públicos e privados:

Turno corrido de seis horas; adicional de 30% sobre as férias; licença-gestante de 120 dias; licença-paternidade de oito dias; direitos iguais para trabalhador com vínculo e avulso; e direito amplo de greve — Artigo 7º, incisos XIV, XVII, XVIII, XIX, XXXIV e Artigo 9º.

B. Para o orçamento:

1. Criação do Superior Tribunal de Justiça, com 33 Ministros, e de Tribunais Regionais Federais, com sete juizes cada — Arts. 110 e 112;

2. Todo o Capítulo I do Título VI, que trata do Sistema Tributário Nacional — a União perde poder de criar alguns impostos e 20% de sua receita, porque aumentarão as transferências para Estados e Municípios;

3. Proibição dos contratos de risco para exploração de petróleo, obrigando a Petróbras a elevar seus investimentos — Art. 183, parágrafo 1º;

4. Desapropriação para efeito da reforma agrária, com pagamento em dinheiro, levando à emissão — Art. 190, inciso II;

5. Aumento da verba destinada à educação — Art. 215;

6. Anistia para servidores civis e militares demitidos por motivos políticos — Art. 9º;

7. Criação dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima — Arts. 15º e 16º;

8. Equiparação salarial dos delegados de Polícia aos promotores públicos — Art. 26;

9. Manutenção, por mais 25 anos, da Zona Franca de Manaus, com perda tributária em virtude de incentivos e gastos de custeio — Art. 45;

10. Anistia da correção monetária para os

inadimplentes do Plano Cruzado — Art. 53;

11. Anistia fiscal para quem está com pagamento de imposto atrasado — Art. 54;

12. Anistia para quem está com pagamento atrasado de encargos da Previdência Social;

13. Reparação financeira para ex-combatentes e chamados "soldados da borracha" — seringueiros que se engajaram no esforço de guerra — Arts. 60 e 61;

14. Distribuição gratuita do texto da nova Constituição para todos os brasileiros — Art. 71;

15. Demarcação das terras indígenas — Art. 74.

C. Para a Previdência Social:

Tudo o pacote de reforma do modelo atual, que cria a seguridade social, que engloba direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A previdência assegurará irredutibilidade e reajuste real do valor das aposentadorias, pensões e outros benefícios, que não poderão ser inferiores ao salário mínimo. O cálculo da aposentadoria será feito com base na média do salário dos últimos três anos, com correção monetária. As atuais aposentadorias serão revistas e seus valores atualizados pelo número de salários mínimos da data da concessão.

Idosos e deficientes terão direito a um salário mínimo. No caso dos servidores públicos, cria-se a aposentadoria proporcional e estabelece-se que o servidor em atividade, o inativo e o pensionista terão direito ao mesmo percentual de aumento. Será elaborado um orçamento de seguridade — Arts. 41, inciso III, letras c e d, e parágrafos 4º, 5º, e 6º; 199, inciso IV; 206, parágrafos 2º, 5º, e 6º; 207; 208, inciso V; 23º, e 65º, das Disposições Transitórias.

Prazo para apresentação de emendas encerra hoje

BRASÍLIA — A apresentação de um número reduzido de emendas até ontem — pouco mais de 300 —, dirigidas a um número restrito de artigos — cerca de 20 —, levou o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), a fazer uma previsão otimista sobre a data da promulgação na nova Constituição: no máximo início de setembro.

Ulysses passou ontem o cargo de Presidente da República ao Presidente José Sarney, que retornou da China. Ele ressaltou, no entanto, que o prazo para a entrega de emendas encerra-se somente à meia noite de hoje e lembrou que "o espírito brasileiro é deixar para a última hora".

O Presidente da Constituinte, porém, acredita que não deverá crescer muito o número de emendas apresentadas.

— Não acredito que haja um número de emendas que possa comprometer o andamento dos trabalhos, principalmente porque há a concentração de 15, 20 ou até 40 emendas sobre um mesmo artigo. E o destino de uma será o destino das outras.

Ulysses voltou a manifestar otimismo quanto ao prazo de promulgação da Constituição.

— No correr de agosto ou princípio de setembro estaremos com a

Telefoto de J. França



Ulysses passa o cargo ao Presidente Sarney na Base Aérea de Brasília

Constituição elaborada — previu.

Ele também mostrou otimismo ao falar dos destinos do PMDB. Ulysses acredita que o partido manterá a sua unidade depois da Convenção Nacional.

— Eu estou esperançoso. Eu noto que uma parcela ponderável do par-

tido, formada por prefeitos, vereadores, deputados federais e estaduais e governadores está fechada com este perfil histórico do partido, de compromisso social, de acordo com o que fizemos na Constituinte. É dentro destes princípios que vamos para a Convenção.

PT ameaça novamente não assinar texto final

SÃO PAULO — O Presidente Nacional do PT, Deputado Olívio Dutra (RS), disse ontem que o partido poderá não assinar a nova Constituição, caso no segundo turno de votações sejam suprimidos dispositivos que o partido considera como avanços no campo social. Ele participou da reunião da Executiva Nacional do partido no fim de semana em São Paulo para definir a estratégia para o segundo turno de votações.

Hoje em Brasília, os dirigentes petistas reúnem-se com as lideranças dos partidos de esquerda para definir a adoção de uma estratégia comum. Ao todo, os partidos de esquerda elaboraram 182 emendas supressivas para serem apresentadas no segundo turno.

Está previsto também um encontro com a liderança do PMDB, na qual o PT dirá que não aceita retrocesso em relação ao texto aprovado no primeiro turno.

A direção do partido está estimulando entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) a pedirem audiência com o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB), para insistirem na defesa dos seus interesses, a exemplo do que têm feito os empresários.

O PT preparou 64 emendas supressivas para o segundo turno. As principais referem-se à reforma agrária — o partido quer que latifúndios produtivos sejam passíveis de desapropriação — ao papel das Forças Armadas, limitando-as à defesa da soberania nacional contra ameaças externas, à composição do Congresso, deixando em aberto o número máximo de representantes por Estado, e ao direito de propriedade.

O partido está mobilizando também os sindicatos de todo o País para tentarem barrar a supressão do texto da Constituição dos dispositivos que estabelecem jornada máxima de seis horas nos turnos ininterruptos de trabalho, jornada semanal de 44 horas e ampliação do direito de greve.

Jurista diz que texto da Constituição é inovador

SALVADOR — O jurista baiano Josaphat Marinho disse ontem que o texto aprovado no primeiro turno pela Constituinte é "técnico e formalmente malposto, sem estilo e sistematização, mas de conteúdo atual e inovador". Ele revelou a sua opinião ao falar sobre "A Constituição e Seus Reflexos na Realidade Nacional", durante o 16º Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, promovido em Salvador pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg).

— Tenho divergências em relação

ao projeto, mas devo admitir que o conteúdo apresentado é de atualidade, incorpora a problemática social e tem inspiração democrática — disse o jurista.

O pensamento liberal e socializante, segundo Josaphat, são as características principais do projeto.

— O texto encerra todos os direitos e garantias que as modernas Constituições apresentam, especialmente na parte dos direitos individuais — explicou ele.

A manutenção do monopólio estatal do petróleo, a criação do disposi-

tivo que protege a empresa brasileira de capital nacional e a desvinculação da propriedade da terra em relação aos recursos minerais nela existentes são, na opinião do jurista, pontos positivos do projeto.

— Há contradições, como no dispositivo que abre possibilidade de o Estado intervir na economia. Mas ora mais para a esquerda, ora mais para o lado conservador, o Estado moderno é intervencionista — afirmou Josaphat, para quem as contradições são superadas pelo conteúdo inovador do projeto.